

## CRIMES DA DITADURA

- >
- > Familiares e MP reivindicam mais que reparação financeira
- >
- > Avaliação é que Brasil tem buscado, com a reparação financeira, comprar a
- > solução de um problema: a divulgação da verdade completa acerca dos crimes
- > praticados pelos militares, suas circunstâncias e responsáveis.
- >
- > Bia Barbosa - Carta Maior
- >
- > SÃO PAULO - Vira e mexe, alguma informação até então secreta escapa dos
- > porões da ditadura e chega à imprensa brasileira. A mais recente foi a
- > divulgação, pelos jornais Estado de Minas e Correio Brasiliense, de parte
- > do
- > conteúdo do "Livro Negro do Terrorismo no Brasil", produzido por
- > integrantes
- > do Exército entre 1986 e 1988 sobre a repressão aos opositores políticos
- > do
- > regime militar. O livro, em 966 páginas, conta a história da prisão e
- > morte
- > de 16 guerrilheiros do PCdoB na região do Araguaia e de sete militantes do
- > Movimento de Libertação Popular (Molipo), da Vanguarda Popular
- > Revolucionária (VPR) e da Aliança Libertadora Nacional (ALN).
- >
- > No final de maio, uma portaria da Procuradoria Federal dos Direitos do
- > Cidadão criou uma comissão para estudar o conteúdo do livro. Procuradores
- > do
- > Distrito Federal, São Paulo, Bahia e Rio Grande do Norte terão 30 dias
- > para
- > mergulhar nesses registros, cuja existência até então vinha sendo negada
- > pelo Exército. Segundo a Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão, Ela
- > Wiecko de Castilho, os documentos trazem muitas informações capazes de
- > esclarecer histórias. Alguns apresentam riquezas de detalhes, como quem
- > deu
- > a ordem, que corpo do Exército a executou e nomes dos responsáveis.
- >
- > "Daí é possível interpretar que as informações existem, são conhecidas e
- > estão sendo sonegadas. Dentro dos comandos militares não há vontade de
- > fornecer esses dados", disse Ela Wiecko. "Se o Ministério da Defesa diz
- > que
- > documentos foram incinerados, temos que chegar às autoridades que
- > determinaram a incineração. Deve haver indícios da queima", acredita.
- >
- > Na opinião do Ministério Público Federal, quando o Estado insiste em
- > manter
- > sob sigilo documentos e informações de relevante interesse coletivo e de
- > interesse das famílias, está violando o direito constitucional à verdade e
- > à
- > memória. Ao contrário do que aconteceu em outros países da América Latina,
- > no Brasil foi criada apenas uma comissão de reparação às vítimas da

> ditadura. A Comissão de Mortos e Desaparecidos, que conta com a  
> participação  
> de representantes do Estado, avalia se os familiares das vítimas têm  
> direito  
> ou não à reparação financeira. Trata-se de um direito individual,  
> concedido  
> a determinadas pessoas. No entanto, o direito à verdade, que significaria  
> ter acesso às informações sobre como se deu a morte de alguém, sobre as  
> circunstâncias das violações de direitos humanos sofridas, quem as  
> praticou  
> e, sobretudo, sobre onde estão os restos mortais desta pessoa, não é  
> garantido pelo Brasil. Ou seja, os atos não são esclarecidos.  
>  
> "Aqui se reconhece o direito à reparação, mas não à verdade. Assim, os  
> familiares não recebem a indenização moral pelo que aconteceu exatamente  
> com  
> seu ente. Quando a reparação acontece com a ausência da verdade, na  
> prática  
> o Estado está comprando a saída do problema com dinheiro. É uma política  
> que  
> gera novas frustrações", explica o sociólogo peruano Eduardo Gonzalez,  
> membro do Centro Internacional para a Justiça Transicional, que auxilia  
> países em fase de transição de ditaduras para democracias. O tema foi  
> discutido recentemente em São Paulo durante o Debate Sul-Americano sobre  
> Verdade e Responsabilidade em Crimes contra os Direitos Humanos.  
>  
> Na opinião do procurador regional da República Marlon Alberto Weichert,  
> somente pagar indenizações financeiras às famílias não garante o  
> cumprimento  
> de um direito que é de toda a sociedade, de conhecer a verdade acerca de  
> sua  
> história. "Assim, se paga o preço para se omitir a verdade. Na prática, o  
> que a comissão de reparação faz é transferir às famílias o ônus de revelar  
> a  
> verdade de documentos que são do Estado", explica.  
>  
> Países como Uruguai, Peru, Argentina e Chile criaram comissões oficiais de  
> verdade durante os processos de transição para a democracia. Na Argentina,  
> mesmo que parte dos algozes não tenha sido levada a juízo, a interpretação  
> do marco jurídico do país permitiu a realização de investigações sobre os  
> crimes da ditadura e a revelação das circunstâncias em que eles ocorreram.  
>  
> No Chile, a comissão da verdade estudou cerca de 2.500 casos de morte e  
> desaparecimento forçado durante a ditadura militar. Dez anos depois, outra  
> comissão se debruçou sobre 25 mil casos de tortura. "Não são só as  
> violações  
> que terminam em morte que precisam ser tema de debate público. Então não  
> são  
> poucos os casos a serem analisados", explica Gonzalez. "O Brasil fez muito  
> pouco neste sentido em comparação a seus vizinhos", afirma.

- >
- > A Comissão de Mortos e Desaparecidos no Brasil até hoje analisou 55 mil
- > pedidos de anistia especial e reparação. "Mas até hoje não conquistamos o
- > acesso pleno à Justiça e à verdade", afirma Janaína Teles, representante
- > dos
- > familiares na Comissão. A família de Janaína move atualmente uma ação
- > declaratória contra o comandante Carlos Alberto Brilhante Ustra, para que
- > ele seja oficialmente declarado torturador. "A Argentina enfrentou seu
- > passado e se propôs a trazer a verdade à tona. Aqui vivemos um quadro de
- > impunidade que a democracia insiste em manter", acredita.
- >
- > Para Francisco Rezek, ministro aposentado do Supremo Tribunal Federal e
- > ex-Juiz da Corte Internacional de Justiça, o Tribunal de Haia, a busca da
- > verdade não pode fazer mal algum à construção de uma nação. "Não se constrói
- > nada duradouro se o compromisso com a verdade é quebrado. Em muitos fatos,
- > até agora, não transpareceu o semblante daqueles que, sob o pretexto de
- > combater uma prática, usavam a metodologia da tortura. O que houve foi a
- > ocultação da verdade, sob a qual se pretendeu construir uma conciliação
- > que
- > nunca será perfeita. É impossível, na história do Brasil, esquecer os
- > fatos
- > e não querer conhecê-los. Podemos até esquecer a mágoa, mas temos que
- > olhar
- > pra nossos fantasmas mais de perto", conclui.
- >